

MovementΘ

Edição especial 1€

Pensar e Viver a Cidade



]MOVE[- movimento Aberto por outra
vida na Escola

Abril . 2007

MovementΘ . Pensar e Viver a Cidade

3ª CONVERSA ENTRE A CIÊNCIA E A SOCIEDADE

Pensar e Viver a Cidade

19 de Abril

14:00

O que estamos a Planear?

:Manuela Raposo Magalhães
(Arquitecta Paisagista e
Docente no ISA)

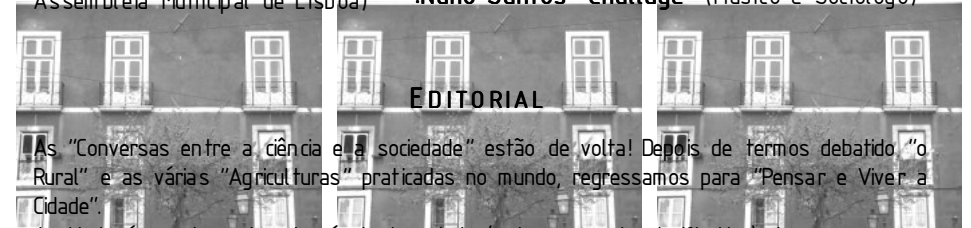
:Heitor de Sousa (Economista
de Transportes e Membro da
Comissão de Urbanismo da
Assembleia Municipal de Lisboa)

16:30A **Cidade e as Pessoas - inclusão,
exclusão, democracia, participação.**

:João Nunes (Arquitecto Paisagista e Docente
no ISA)

:Jaime Pinho e Fernanda Gonçalves (Autores
do livro "Fartas de viver na lama - o Castelo
Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de
Setúbal")

:Nuno Santos "Chullage" (Músico e Sociólogo)



As "Conversas entre a ciência e a sociedade" estão de volta! Depois de termos debatido "o Rural" e as várias "Agriculturas" praticadas no mundo, regressamos para "Pensar e Viver a Cidade".

A cidade é um tema inconfornável. A maioria (cada vez mais significativa) das pessoas em Portugal vive em zonas urbanas, sobretudo nas áreas do Porto e de Lisboa - ainda que à custa do grande crescimento populacional e urbanístico dos subúrbios: os "arredores" são hoje maiores que o "centro", que se esvazia de população mas conserva a actividade económica e cultural.

Discutir a cidade é, portanto, certamente, pensar a arquitectura e a ocupação do espaço. Mas é também reflectir sobre a economia, a cultura, os transportes, a qualidade de vida e o lazer. A cidade é, acima de tudo, um local de encontro e de troca de experiências, onde a concentração de pessoas e a sua diversidade permitiu historicamente que novas ideias surgissem com um ritmo superior: é, portanto, um local de transformação e democracia, que pode e deve ser discutido por todos.

Foi assim que pensámos esta "Conversa". Falando de planeamento e de transportes. De cultura e de democracia. Das decisões técnicas, das decisões políticas e de quem as vive, quer seja no "centro" ou na "periferia".

Convidámos pessoas que respondem, na sua vida, ao desafio de "pensar e viver a cidade": professores do ISA, da Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista, porque conhecemos e valorizamos a massa crítica que existe na faculdade; também quem está mais perto dos órgãos de decisão e aí disputa opiniões técnica e politicamente; quem se interessa e estudou a participação popular na construção do espaço; e ainda quem organiza o associativismo que não aceita a exclusão social e espacial como destino para as suas vidas.

Este jornal junta textos destas e de outras pessoas. São reflexões para juntar a um debate urgente e que toca a todos. E para o qual convocamos todos, como sempre.

COUVES NA VARANDA

Campo Santana, Sexta-Feira, meio-dia

Uma galinha come os restos de migalhas da esplanada. É uma galinha a sério nem sequer é uma galinha de enfeite. Quem as pôs aqui e porquê?

Portugal 1960, metade da população vive da agricultura. Uma industrialização tardia provoca migrações campo-cidade (que ainda perduram, hoje associadas aos serviços).

A agricultura desaparece do discurso da população e das políticas de desenvolvimento, isto porque sempre esteve associada à pobreza e trabalho árduo, levando à criação de um complexo.

Antes da industrialização uma cintura agrícola rodeava os aglomerados urbanos, a indústria vem ocupar esta periferia, desenvolvem-se subúrbios, campos agrícolas passam a ser vazios urbanos. A especulação imobiliária inviabiliza o assumir daquele espaço para o quer que seja. Este problema tem sido discutido até à exaustão sem grandes resultados práticos. A necessidade de valorizar a agricultura urbana como forma de resolução destes vazios, como forma de poupar energia, de aproveitar os melhores solos, é defendido por muitos, mas por parte da maioria das pessoas não provoca mais do que um sorriso complacente, resultado da ignorância e do complexo agrícola que afecta a sociedade portuguesa.

Chelas, sábado de manhã; Taludes do IC-19, 2ª Circular, domingo à tarde

São novas ocupações, vêm-se mudanças de semana para semana. Quem são estas pessoas? Sobretudo três tipos. População rural que chegou à cidade com a industrialização e que nostálgica e com conhecimento tenta resolver uma necessidade económica, imigrantes pelas mesmas razões e jovens frustrados urbanos. Esta vontade não pode ser subestimada e o planeamento pode e tem de passar por aí. Vazios a que foi dado uso. Vazios resolvidos pelas pessoas. Vazios que podem ser aproveitados para diminuir a diferença entre um centro, onde se acumulam todas as vantagens e uma periferia-dormitório com escassas oportunidades.

Para que tal aconteça teria de haver um reconhecimento da população em geral e das entidades administrativas desta nova realidade e possibilidade. Visto que o complexo já falado não vai permitir tão cedo que isto aconteça, o aparecer de um associativismo destes novos agricultores pode ser um dos caminhos para reivindicar direitos. O Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles não é um louco é um visionário.



Manuel Portugal e Pedro Varela (alunos de Arq. Paisagista do ISA)

ÁREAS METROPOLITANAS E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS: POLÍTICAS E ESCOLHAS EM QUESTÃO

Existem em Portugal, duas áreas metropolitanas que polarizam, de facto, grande parte do desenvolvimento dos territórios à sua volta: Lisboa e Porto. Ainda recentemente, o PNPOT, entre outros elementos de análise, faz este diagnóstico na caracterização das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, quando estabelece que, "em 1999, estes dois espaços correspondiam a 68% do PIB Nacional e, em 2020, poderão representar entre 69 e 75% do PIB nacional" (pg 112, do Relatório PNPOT). Em termos políticos, isto é, em termos de orientações estratégicas para o futuro às quais se deveriam subordinar as escolhas na política, o mesmo PNPOT aponta para "políticas de qualificação dos respectivos territórios, de forma a consolidarem o papel de principais espaços de internacionalização competitiva do país".

Ainda segundo o PNPOT, apesar de se dizer especificamente que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto constituem as âncoras do "reforço da projecção internacional do país", afirma-se a necessidade de "estruturar sistemas urbanos sub-regionais policêntricos que se possam constituir como pólos regionais de competitividade" (pg.119, Relatório PNPOT), ou ainda "o reforço da integração do território nacional através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano".

Apesar de alguns factores contraditórios no desenho estratégico proposto pelo PNPOT, que encontra a sua expressão mais discutível na fraca identificação dos instrumentos de política que deveriam permitir gerir factores que se têm revelado tão contraditórios no desenvolvimento dos territórios a nível nacional, como sejam o crescimento macrocéfalo nas duas principais regiões metropolitanas e a progressiva desertificação e desequilíbrio do país nos seus interiores, a verdade é que uma das ideias-chave que perpassa pela orientação proposta refere-se à ideia de competitividade dos territórios, como forma de adquirirem dimensão para se tornarem alavancas de desenvolvimento, mesmo no âmbito dos vários sistemas urbanos propostos, para o reequilíbrio do território a partir de algumas centralidades a desenvolver no interior. A promoção dos factores específicos à escala local e regional, susceptíveis de potenciar essa competitividade, seriam os instrumentos privilegiados desse policentrismo.

Este mesmo enquadramento conceptual tem valido, no essencial, para as áreas metropolitanas. No fundo, tratar-se-ia de encarar estes territórios não como uma região com características integradoras e onde importa favorecer aquelas que potenciem uma melhoria das suas articulações internas, tendo em vista a correcção dos desequilíbrios e a superação das suas debilidades, mas sim de encarar cada um dos pólos desse tal



“policentrismo urbano”, como um factor de competitividade entre si, no interior dum mesmo território metropolitano. Esses factores potenciadores da “competitividade” aplicam-se nas diferentes escalas dos territórios a considerar, dentro da mesma região metropolitana: entre a Margem Norte a Margem Sul, entre corredores na Margem Norte, entre municípios contíguos, etc, etc.

Mais do que uma espécie de “mão invisível” que conduziria essa concorrência a reequilíbrio dos territórios uns com os outros, estaríamos em presença de um grande mercado “urbano” à escala dos diferentes territórios em que se articulam, funcionamento das cidades numa espécie de *merchandising* comercial para fazer valer as “vantagens comparativas” umas em relação às outras, e crescerem assim, umas à custa das outras. A busca de modelos de desenvolvimento alternativos tem assim de passar pela crítica a estes sistemas urbanos e metropolitanos e pela utilização de alguns dos seus instrumentos de política para correcção dos desequilíbrios.

Uns dos principais desequilíbrios que se observam no funcionamento das regiões metropolitanas são os fluxos pendulares de deslocação de pessoas no interior das áreas metropolitanas. Como deve uma política de mobilidade regional ser encarada para responder a esses desequilíbrios, que objectivos se colocam à actuação dos vários instrumentos da política de mobilidade, em particular a actuação dos instrumentos definidos por uma política de transportes à escala regional e local? Devem as políticas de mobilidade locais ou sub-regionais ser pensadas para responder aos factores potenciadores das especificidades locais de cada território, independentemente do seu vizinho, ou deverão essas especificidades ser integradas em contextos regionais mais vastos? Em que medida haverá espaço para a gestão local e a gestão regional dos sistemas e sub-sistemas de transportes? Que objectivos se colocam a cada sub-sistema de transporte? Em que medida é que as realidades regionais da mobilidade metropolitana devem ser geridas em escala regional e em que medida é que essas realidades regionais diferem de localidade para localidade, ao nível municipal, de maior proximidade? Que papel para as Autoridades Metropolitanas de Transportes?

Estas são questões que conto abordar no painel de discussão.



Heitor de Sousa (Economista de Transportes)

EXCERTO RETIRADO DE PINHO, JAME; GONÇALVES, FERNANDA E TAURINO, LEONOR (2002), *FARTAS DE VIVER NA LAMA – O CASTELO VELHO E OUTROS BAIRROS SAAL DO DISTRITO DE SETÚBAL*, EDIÇÕES COLBRI.

O SÉCULO DAS BARRACAS – A ACÇÃO DO S.A.A.L.

O programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), decidido pelo governo no Verão de 1974, arrancou, efectivamente, um ano mais tarde, no segundo semestre de 1975, e dispendeu-se com ele, até ao fim do ano, cerca de “74 mil contos”. No Plano de Actividades de 1976, estava prevista uma verba de “um milhão de contos” para fazer face aos gastos com este programa, 13 vezes mais do que o gasto até 1975.

O Governo assistia impotente ao movimento de ocupações de casas vazias, iniciado nos primeiros dias após o 25 de Abril, pelos moradores dos bairros de lata, primeiro em Lisboa, depois no Porto e em Setúbal, que ameaçava pôr em causa uma das bases do sistema – a propriedade privada – que se pretendia apenas reformar.

Como o novo regime não encarava uma solução radical, nem havia verbas previstas, pretendia-se envolver os moradores e responsabilizá-los por uma parte da construção das casas: o Estado garantiria os terrenos e as matérias primas, as Câmaras os projectos e as infraestruturas, e os próprios moradores a construção propriamente dita, ou com o seu trabalho, ou contratando alguém para o fazer, para o que beneficiariam de um empréstimo bancário.

Só que esta ideia da auto-construção desde muito cedo começou a ser contestada, e de facto poucos foram os bairros em que os moradores a aceitaram entrar com essa participação, considerada uma violência e um convite inaceitável à gestão da penúria: “Após um dia inteiro a ender os bolsos dos capitalistas, ainda era preciso trabalhar pela noite dentro para construir as casas! O projecto do governo é uma maneira de fugir aos encargos de financiamento dos novos bairros (...), controlar melhor as reivindicações populares, descarregando a responsabilidade da construção (...).”

Os projectos SAAL estenderam-se pelo país, sobretudo em cidades e vilas do litoral, de Matosinhos ao Algarve.

A filosofia inicial do programa SAAL era alojar rapidamente as pessoas das barracas, isto é, transferi-las para casas com um mínimo de condições. A operação do Castelo Velho (primeira fase), uma das primeiras do país, traduz esta filosofia: recorre-se a projectos já elaborados e sem grandes pretensões arquitectónicas, de casas térreas, para ser rápido, barato e de fácil execução pelos moradores.

Simultaneamente, o Castelo Velho é um dos poucos bairros do país que começa por aceitar e implementar a proposta da auto-construção, dentro do espírito inicial do programa: organização e participação dos moradores na resolução do problema, à semelhança do que se fazia em finais da década de 60, sobretudo com os favelados no Brasil, mas também na Venezuela, Peru e Chile antes de Atende, experiências que tinham inspirado Nuno Portas, primeiro Secretário de Estado da Habitação do novo regime saído do golpe de estado do 25 de Abril. Esta é uma das razões por que nos pareceu interessante escolher o Castelo Velho como objecto do nosso estudo; rapidamente se torna um caso conhecido pelos outros bairros e equipas (não só de Setúbal) e a nível dos serviços centrais do SAAL.

Com o andar do tempo, esta via começa a ser posta em causa, quer pelas populações, quer pela generalidade dos arquitectos. A ideia de fazer casas a pouco e pouco começa a ser associada à política das “casas para pobres” do Estado Novo e é recusada.



¹ in “Caderno Reivindicativo da Inter-Comissão dos bairros pobres e de lata de Lisboa”, *Les Temps Modernes*, Novembro, 1978, p.659

No entanto, a tentativa de considerar estas pessoas como necessitando de uma casa provisória para fazerem a transição para uma posterior casa definitiva – tese defendida pelo salazarismo – encontra adeptos, nomeadamente nas discussões entre o Governo e a Câmara de Setúbal, logo a seguir ao 25 de Abril.

Na segunda fase do Castelo Velho, já se envereda pelas casas de dois pisos com escada interior; há mais preocupações com a qualidade, como aliás acontece em geral por toda a parte. O cálculo inicial de fazer as casas com 120 contos (metade do Estado, metade dos moradores) vai ser corrigido e aumentado pelo próprio Governo.

A intenção oficial de arrancar rapidamente com a construção de dez mil casas pelo país, que não estavam previstas, é substituída pela de fazer bairros com projectos de raiz – um projecto muito mais complicado, participado e demorado.

Quando se dá a viragem do 25 de Novembro de 1975, estas pretensões começam a tornar-se insuportáveis para os Governos Constitucionais.

De qualquer modo, o arranque das obras das operações SAAL em Setúbal precede em geral o resto do país.

O ministro Eduardo Pereira extingue o SAAL em Outubro de 1976 e desautoriza as equipas envolvidas nas operações. No decreto que põe fim ao SAAL diz-se que este se tinha desviado do espírito original e que agia à margem do Ministério e das autoridades locais. Na maior parte dos casos, as consequências desta brusca alteração não se fizeram esperar: “Transferindo as decisões de apoio para os executivos de cada Câmara Municipal, os governantes da altura sabiam que os serviços técnicos camarários tradicionais e a burocracia ineficaz do FFH se encarregariam, com o tempo, de desmobilizar os moradores e técnicos envolvidos em numerosos dos casos em curso (...) Para muitos burocratas do antigamente já era um mal que essa “gente” ficasse em áreas que podiam ser tão valiosas (...) para outra gente. Mas ainda por cima com moradias (que, aliás, o escândalo, ficavam pelos mesmos preços ou mais baratas do que os andares camarários ou do FFH) quando se podiam fazer torres e grandes blocos e meter muito mais gente, já era exigir demasiado de funcionários tão zelosos (...)”².

Quando o SAAL é extinto, muitos dos projectos tinham apenas começado. A maioria dos projectos, que envolviam, à data da extinção do SAAL, cerca de 40.000 famílias iam ficar pelo caminho, mortos à nascença: “O SAAL foi considerado excessivamente revolucionário face ao sistema representativo, por se encontrarem no seu alceite formas de democracia directa (...) Foi o fim de um sonho poder acabar com as barracas e com as ilhas. Assinados muitos dos projectos por alguns dos mais conceituados arquitectos portugueses, ficaram certas realizações como testemunho do muito que se poderia ter feito e de uma forma política, social e tecnicamente inovadora para um problema que se arrastava há décadas”³.

Em 1973, Portugal registava um enorme atraso em relação a outros países no que diz respeito a quadros técnicos de base para a construção: havia pouco mais de 600 arquitectos inscritos no Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Ao contrário de uma empreitada normal, o trabalho de levantamento e inquérito da situação e caracterização das populações mal alojadas teve que ser feito pelas equipas SAAL, o que, somado ao apoio que teve que ser dado na organização e legalização das Associações de Moradores, ocupou muito tempo e energias. Em muitos bairros foi necessário intervir para acorrer a situações de emergência, nomeadamente no capítulo do saneamento básico e de projectos de equipamentos como creches, jardins de infância, centros de saúde, lares de terceira idade, parques infantis (medidas de carácter provisório, enquanto se aguardava a construção dos novos bairros), tudo partindo do zero. Mas o principal obstáculo residiu sem dúvida em factores alheios às próprias equipas e Associações de Moradores. Trata-se do bloqueamento provocado pelas leis dos solos que continuavam em vigor, apesar da mudança de regime político, bem como da resistência e sucessivos atrasos na definição e concessão das verbas para as obras, problemas frequentemente denunciados, que provocavam cansaço e desconfianças nos moradores e atritos com os técnicos com que lidavam no terreno: “Do confronto de diversos documentos apura-se a seguinte situação, em Outubro de 1976: Associações Legalizadas: 131; Operações: 174; Famílias envolvidas: ≈ 40000; Terrenos adquiridos (ha): 40; Projectos concluídos: ≈ 4000; Fogos iniciados: 2259 (...) O principal estrangulamento

situava-se na indisponibilidade dos terrenos. Passados mais de dois anos sobre o início do processo, estavam somente adquiridos 40ha, área insuficiente para o número de fogos em construção. Paradoxo de fácil explicação: muitos empreendimentos iniciaram-se sem que a situação dos terrenos estivesse regularizada (...)”⁴.

E o dilema era esse: se se tivesse esperado por uma lei de solos que facilitasse claramente as expropriações (que só saía em 1976) e por uma lei de financiamento, o programa pura e simplesmente não teria arrancado.

Os sucessivos Governos Provisórios não se decidiam e o que se ia fazendo decorria das pressões populares e de um certo voluntarismo dos técnicos, na grande maioria jovens arquitectos e estudantes de arquitectura, confrontados pela primeira vez com programas com características multidisciplinares, orçamentos exíguos, terrenos difíceis, solidados a promover casas imediatamente, em assembleias de moradores cansados de esperar. O deficiente apoio e assistência às obras, nomeadamente por falta de engenheiros, era evidente. Em muitos dos bairros construídos: “ (...) trata-se de casas pobres, com poucas intervenções, onde a qualidade do arquitecto está no ter sabido trabalhar com pouco, onde até as ruínas e a desolação do lugar, um muro, a terra, se tomam materiais sobre os quais se constrói o projecto”⁵.

Quando se visitam hoje muitos destes bairros, toma-se confrangedor verificar o estado de abandono e degradação dos espaços exteriores aos edifícios, teoricamente da responsabilidade das Câmaras.

No caso de Castelo Velho é flagrante: “Isso nunca foi feito. Muitas vezes eu falei disso: pode haver uma casa excelente, mas se o exterior não é tratado, ela não vale nada. O contrário: às vezes pode ser uma casa péssima, mas com um exterior aprazível. Uma completa a outra, mas mais o exterior completa o interior do que o contrário. Era aí que eu dizia muita vez: as pessoas às vezes eram mais felizes num bairro de barraca – porque tinham depois espaço exterior para andarem, as crianças e as próprias pessoas, a lavar a roupa, essas coisas todas – do que quando depois eram “out court” transportados para o interior de um edifício, emparedados por paredes, por escadas, sem contactos com o exterior: Isso é mais grave para uma pessoa! Compreenda as pessoas do SAAL quando queriam moradas em vez de... ficarem presas”⁶.

No entanto, as opções sobre o porte das construções não foi uniforme pelo país. Se é verdade que em Setúbal e no Porto prevalece a construção baixa, já em Lisboa predomina a construção em altura.

A polémica em torno de questões ideológicas é na altura tão ou mais importante que os custos económicos, para muitos elementos das equipas. A questão dos quintais, ou pátios, reivindicados sistematicamente, por exemplo, nos bairros de Setúbal, encontra por vezes a oposição e o preconceito de alguns arquitectos, que consideram tal preferência como “burguesa”.

Quase um quarto de século passou. A pertinência do problema dos bairros de barracas, que está presente ao longo de todo o século XX português, mantém actual o sentimento de estupefação de Nuno Teotónio Pereira: “Chegarão cem anos para acabar com as barracas em Portugal?”

Sobre esta forma única e inovadora de enfrentar o problema, que foi o SAAL, fazem-se balanços contraditórios, mesmo antagónicos. Na entrevista com Nuno Portas são levantadas algumas dúvidas, que para o nosso estudo consideramos estimulantes e fecundas “provocações”: a discussão dos projectos entre técnicos e habitantes foi mito ou realidade? Que significa o facto de em muitos casos os moradores procederem a alterações nas casas uma vez construídas? Terá sido gratificante o SAAL para a maioria das populações envolvidas?

Não temos uma resposta global. É um facto que com o andar do tempo um certo sentimento de desilusão e incerteza se apoderou de muitas populações e técnicos envolvidos. Mas porquê? A partir de quando? Por responsabilidade de quem?

Jaime Pinho (professor e autor do livro *Fartas de viver na lama – o Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*)



² Portas, Nuno (1979), “Depoimento”, Cidade Campo, nº 2, Lisboa, Ed. Ulmeiro, p.111 e seguintes

³ Nuno Teotónio Pereira, in *Público*, 23/09/1993

⁴ Ferreira, António Fonseca (1987), *Por uma nova política de habitação*, Porto, Afrontamento, p.85-86

⁵ in Domus, *Byrne, Quartiere a Setúbal*, Itália, Novembro de 1984, p.2

⁶ Entrevista com Conceição Redol

JÁ NÃO TENHO MEDO DESSES PATOS BRAVOS

Nos vidros da janela do meu quarto vêm-se as sombras dos patos bravos que sobrevoam a cidade, sinto um arrepio e escondo-me debaixo dos lençóis. Os seus olhos vêm frutos em qualquer território, as suas presas são fáceis porque existem patos bravos disfarçados de pessoas, preparam emboscadas para também ficarem com a carne, levam-nas sem que estas possam voltar. As suas asas deixam um rasto de destruição, os seus dentes desfazem qualquer símbolo de beleza, eles comem tudo e não deixam nada. Sei que nos vão perseguir, porque sempre o fizeram.

De noite oiço as ordens furiosas que mandam destruir os vales e as montanhas, as pedras e as árvores, para assim construírem betão até aos céus. Lá fora tanta gente sem casa, tanta casa sem gente, eles formam bandos que especulam, que especulam sem parar, o papo inchado quase rebenta de tanto cheio estar. Tenho medo e só há uma forma de os parar, Juntar-me aqueles que também os receiam, ir lá fora encher o peito e gritar! Gritar até os afugentar!

Patos bravos são todos aqueles que lucram com a construção massiva e desordenada que se vêm por essas terras fora. Os Patos Bravos não são apenas aqueles que coordenam as operações do betão, são principalmente todos os que controlam e colaboram com a especulação imobiliária. Constroem sobre bons solos e zonas ecologicamente frágeis, minando assim o nosso futuro. Destroem bairros, deixando pessoas sem sítio para dormir, constroem urbanizações sociais isoladas, descaracterizadas e já de base a cair, impossibilitando o direito a uma casa digna. A todos os patos bravos um grito para os afugentar.

Pedro Varela (aluno de Arq. Paisagista do ISA)



BAIRROS SOCIAIS

«O obstáculo era incompatível com o que restava. O resto e o obstáculo tornaram-se um ser e fez-se aberto o passeio no pinhal» (Maria Gabriela Llansol)

Realidade social (que bairro não é social?) – O obstáculo

Pessoas sem esperança vivendo em gaiolas coloridas seria uma boa frase para um slogan publicitário aos bairros sociais. Ao menos era sincero, a ilusão vem sem asas.

Mas o slogan não existe. O bairro já está predestinado, envolto num silêncio gritado. Algo é «oferecido» por um poder que se afirma assim preocupado com realidades sociais desfavorecidas, mas como diz o velho ditado Português «não se da nozes a quem não tem dentes», e este devia dar era os dentes, digo as oportunidades, dar uma vida, um caminho, não um espaço de exclusão em que habita



a violência, a falta de oportunidades, de serviços, a desigualdade de direitos, o abuso de poder, a segregação, a humilhação pintadas a amarelo. E neste ciclo vicioso, a violência vai aumentando, a fragmentação social acentua-se e algum dia estala. Como é possível criar um futuro para estas pessoas, se a realidade de todos os seus habitantes, todos dias é a mesma, e é triste? A composição social destes bairros dorme adormecida nesta noite de dificuldades e por isso estes bairros são quetos, de onde todos querem sair e ninguém quer entrar. As inter-relações estão viciadas de percursos desviantes, dificuldades constantes, choques de culturas obrigadas a conviver em espaços contidos, e a partilhar esta falta de futuro que leva ao desespero. A diversidade é o caminho, o realojamento caso a caso numa cidade global em que todos se incluam habitem construam e futurem utilizando cada um as suas cores. Uma cidade em que a esperança pertence a todos e o espaço também.

Realidade Física (Cidade que não é cidade) – O resto

As cidades que temos hoje em dia traçam limites labirínticos que estabelecem desigualdades entre precários e privilegiados, fruto de políticas que promovem a ocupação dos centros das cidades através de preços especulativos de terrenos e casas, acabando por remeter os grupos sociais de baixos rendimentos para zonas de habitação social periférica com menos condições serviços e qualidade, sendo os centros das cidades invadidos por um sector terciário e por grupos sociais de elevados rendimentos.

Esta segregação social manifestou-se numa segregação territorial, expressa por dois territórios divididos por uma linha dita invisível que remete para um conceito de fronteira. Fronteira é uma linha contínua que produz imagens planimétricas do território, que produz diferenças entre dois lugares, diferenças essas que se exprimem no jogo duplo de estar dentro ou estar fora, reflectindo-se na inclusão ou na exclusão. Não falamos aqui de fronteiras geográficas entre dois países, mas sim de fronteiras que se desenvolvem nas nossas cidades, a uma escala pequena e doméstica, menos evidente mas na mesma impermeável. A promoção da inclusão social e resolução dos problemas das zonas urbanas desfavorecidas não podem ser resolvidos com políticas dirigidas exclusivamente a essas áreas a estes restos. É urgente pensar a sua abordagem numa maneira global à escala da cidade, promovendo a integração destas zonas urbanas desfavorecidas nos tecidos social, económico e físico da cidade e evitar no futuro a criação de novas áreas periféricas

As medidas poderão passar pelo incentivo à habitação condigna, melhoramentos nos acessos a diversos serviços e infra-estruturas (saúde, transportes, educação, comunicações), melhoramento do ambiente físico e o incentivo para quando se planejar novas áreas da cidade, se promova a inclusão dos diferentes grupos sociais, tentando aproveitar os espaços vagos e expectantes bem como andares disponíveis no centro da cidade para fundir estas populações criando-lhes simultaneamente condições de vida. As Câmaras não devem ser apenas o senhorio, mas os reais promotores de um futuro através de uma oportunidade séria de integração e progresso.

Que o resto e o obstáculo se transformem num todo e uma oportunidade, num ser.

Que deixemos de ser isto ou aquilo e passemos a ser nós.

Para podermos abrir caminho

Sebastião Almeida e Cláudia Bernardo (alunos de Arq Paisagista do ISA)



]movE[apresenta

“A lei da terra – Alentejo 76”

(Grupo Zero, 1977, 67min., cor)

24 de Abril (3ª feira), 14h,

Auditório do Dep.
Eng. Florestal

Documentário que aborda as motivações e o processo da “Reforma Agrária” no Sul de Portugal.

“A lei da Terra” analisa as contradições, progressos, bloqueios e dúvidas que surgiram no processo da “Reforma Agrária”, mantendo um afastamento factual dos acontecimentos ao mesmo tempo que tem um olhar atento, claro, informado e uma abordagem que promove a reflexão.



]movE[– movimento Aberto por outra vida na Escola

O]movE[quer ser um movimento aberto. Porque acredita que é possível outra vida na Escola. Porque vê na Escola um espaço onde nascem e se discutem novas ideias. Porque espera da Escola mais do que uma rotina onde se aprende e ensina. Porque sabe que é possível juntar pessoas para fazer de outras formas. Porque recusa a “inevitabilidade” de uma Escola onde a tecnocracia vence a vida.

move.aberto@gmail.com

www.move-aberto.blogspot.com